

STF nega passaporte para viagem de Bolsonaro a Israel

JUDICIÁRIO

Morales nega devolver passaporte

Ministro recusa pedido da defesa de Bolsonaro e diz que liberar documento, apreendido no inquérito do golpe, seria prematuro

» HENRIQUE LESSA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou a devolução do passaporte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A decisão, tomada na última quinta-feira, acompanhou a manifestação do procurador geral da República, Paulo Gonet, que defendeu a manutenção das medidas cautelares definidas contra o ex-chefe do Executivo no inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado.

Na decisão, Moraes disse que as medidas cautelares fixadas em fevereiro contra Bolsonaro continuam sendo "necessárias e adequadas". As diligências estão em curso, razão pela qual é absolutamente prematuro remover a restrição imposta ao investigado, conforme, anteriormente, por mim decidido em situações absolutamente análogas", escreveu.

Moraes reiterou trechos da decisão de fevereiro, quando definiu as imposições ao ex-presidente. "Frustrada a consumação do golpe de Estado por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, identificou-se que diversos investigados passaram a sair do país, sob as mais variadas justificativas".



Moraes afirmou que diligências estão em curso, "razão pela qual é absolutamente prematuro remover a restrição"

O magistrado continuou: "O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a

decretação da medida".

Na manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), Gonet argumentou que uma viagem de Bolsonaro ao exterior representaria um perigo para a continuidade das investigações.

A medida em questão se

prende justamente a prevenir que o sujeito à providência saia do país, ante o perigo para o desenvolvimento das investigações criminais e eventual aplicação da lei penal. Os pressupostos da medida continuam justificados no caso", sustentou Gonet, no

parecer entregue ao STF.

A defesa de Bolsonaro pediu a devolução do passaporte para que o cliente viajasse a Israel, entre 12 e 18 de maio, atendendo ao convite do primeiro-ministro daquele país, Benjamin Netanyahu.

O documento de viagem do

ex-presidente foi apreendido em fevereiro, na Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão como parte da investigação de uma trama golpista.

O advogado e assessor de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, disse que a defesa não tomou conhecimento de nenhuma decisão e criticou a divulgação pela imprensa.

"Feriado nacional, nenhum dos advogados constituídos pelo presidente Jair Bolsonaro foi intimado de qualquer nova decisão. De duas, uma: ou vazaram uma decisão, e vamos apurar; ou vou pedir inclusão do jornalista nos inquéritos das fake news. O tempo dirá. Vamos aguardar", frisou Wajngarten, em uma rede social.

A informação da decisão de Moraes ao pedido da defesa ocorreu após o ministro despachar, ontem, o levantamento do sigilo sobre a determinação.

A negativa do ministro era dada como certa por especialistas da área jurídica, ainda mais depois da revelação de que Bolsonaro passou duas noites na Embaixada da Hungria, após ter o passaporte retido, o que poderia indicar uma tentativa de evitar o cumprimento de um eventual mandado de prisão.



O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a decretação da medida"

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 3